

*Luta por mais recursos***Secretário da Fazenda exime-se sobre crise de financiamento**

Uma comissão de representantes do Fórum das Seis foi recebida pelo secretário da Fazenda do Estado, Hércio Tokeshi, em 28/7/7. A audiência havia sido solicitada com o objetivo de expor-lhe os principais motivos da crise de financiamento das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza, bem como construir estratégias para superá-la.

Os representantes do Fórum entregaram ao secretário um dossiê para documentar e comprovar as razões que levam as universidades à grave situação financeira atual (*leia a seguir*).

Mesmo frente aos documentos (como os compromissos assinados pelo governo de mais recursos devido às expansões) ou leis (como a LC 1.010/2007, que explicita o dever do governo pela insuficiência financeira), Tokeshi eximiu-se de qualquer responsabilidade! Pintando um horizonte catastrófico para o cenário econômico, limitou-se a repetir o discurso da falta de dinheiro no Estado e disse que caberia ao Fórum apontar de onde tirar recursos para repassar às universidades.

Quando questionado sobre o texto da lei que determina que a insuficiência financeira das autarquias estaduais são de responsabilidade do Estado, e não de cada uma delas, afirmou que não lhe cabe



interpretar leis, pois é economista, e questionamentos deste tipo devem ser feitos ao jurídico do governo, o que causou estranheza e perplexidade aos membros do Fórum, uma vez que ele as aplica – como é o caso da LDO, LO e da LC 1010/2017, entre muitas outras – e, para que isso ocorra, o pressuposto necessário é que as interprete. A propósito, as interpretações dadas às leis pelo governo estadual têm sido sempre em desfavor das políticas públicas, encolhendo a base de cálculo dos 9,57% do ICMS – quota-parte do Estado e promovendo um verdadeiro sequestro de recursos imprescindíveis à manutenção do sistema público de ensino supe-



O secretário da Fazenda paulista, Hércio Tokeshi, durante audiência concedida ao Fórum

rrior paulista. Os representantes do

Fórum apontaram, por exemplo, as generosas isenções fiscais concedidas pelo governo Alckmin às empresas, na ordem de R\$ 15 bilhões em 2018, e a insuficiente cobrança aos sonegadores como fontes de transferência de volumosos recursos do setor público para o setor privado.

Resumindo: o governo do





Estado de São Paulo não considera as universidades como uma prioridade: o chefe do Poder Executivo, seus secretários e aliados na Assembleia Legislativa lavaram as mãos no que diz respeito às suas responsabilidades quanto às universidades públicas paulistas.

### O que foi exposto ao secretário

O secretário da Fazenda ouviu uma resumida exposição das razões da crise de financiamento que assola as universidades. São elas:

- A expansão sem recursos perenes, especialmente a partir dos anos 2000.

- A retirada de vários itens da base de cálculo da quota-parte do Estado antes do repasse dos 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para Unesp, Unicamp e USP. De 2014 a 2016, por exemplo, o prejuízo das universidades com esse procedimento foi de cerca de R\$ 1 bilhão.

- A insuficiência financeira: o governo não cumpre o previsto na Lei Complementar 1.010/2007, que criou a SPPrev, que determina explicitamente que cabe ao Estado pagar a diferença entre o que é arrecadado de empregados e empregadores e o valor total da folha de aposentados e pensionistas. As universidades têm arcado com essa diferença, que atualmente corresponde a aproximadamente 20% do total de recursos destas instituições, provenientes do ICMS (em torno de R\$ 1,6 bilhão nas três universidades).

- A manutenção dos 9,57% da Quo-



ta-Parte do ICMS para o financiamento das universidades estaduais paulistas em 2018 na lei de Diretrizes Orçamentárias recém aprovada pela Assembleia Legislativa.

### Como ficou a LDO 2018

Conforme já divulgado, a única novidade na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2018) foi a inserção de um item no Artigo 5º, que trata das universidades, garantindo o repasse do “valor correspondente à participação das Universidades Estaduais no produto da compensação financeira pela exploração do petróleo e gás natural na proporção de suas respectivas insuficiências financeiras decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, de acordo com o que estabelece a Lei Estadual nº 16.004, de 23 de novembro de 2015”.

De acordo com o deputado Barros Munhoz, líder do governo na Alesp, esse repasse deverá ficar em torno de R\$ 150 milhões a R\$ 200 milhões em 2018 que representa menos do que 1/8 do que dispenderam as três universidades estaduais paulistas com a insuficiência financeira. Só em 2016, segundo dados fornecidos pelas reitorias, o gasto com este item foi de

R\$ 1,69 bilhão, com tendência de crescimento ano a ano.

### Mobilização

Uma das tarefas mais importantes na conjuntura atual é esclarecer aos servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes, bem como à população em geral, sobre a grave crise de financiamento imposta às universidades estaduais que estão, literalmente, diante de uma catástrofe iminente. Não solucionadas, as razões que levaram à crise continuarão produzindo seus efeitos nefastos sobre estas instituições e ameaçando sua sobrevivência.

A defesa delas está em nossas mãos!

### Solicitação de reunião com o Cruesp

O Fórum das Seis está solicitando o agendamento de uma reunião com o Cruesp. E já requisitou reiteradas vezes que sejam fornecidos os valores correspondentes ao montante das reservas financeiras em cada universidade nesta data, com a discriminação das despesas com as quais estão comprometidas, em curto, médio e longo prazos. Até o momento, ambos os pedidos não tiveram retorno.